

Sarney, vítima da negligência do Itamaraty.

É o que pensa o presidente do episódio de terça-feira, quando Jerônimo Trevisan tumultuou seu encontro com Menem.

O relatório elaborado pela Polícia Federal levou ontem o presidente José Sarney a considerar-se vítima da negligência do Itamaraty no incidente de terça-feira que marcou a recepção oferecida ao presidente argentino Carlos Menem.

Moacir Jerônimo Trevisan, o homem que tentou atingir os dois presidentes com um líquido vermelho, gritava "fora Sarney" quando foi preso. Mesmo assim, o porta-voz do Departamento de Polícia Federal, Paulo Marra, analisou que ele queria "atentar" contra Carlos Menem e não contra Sarney.

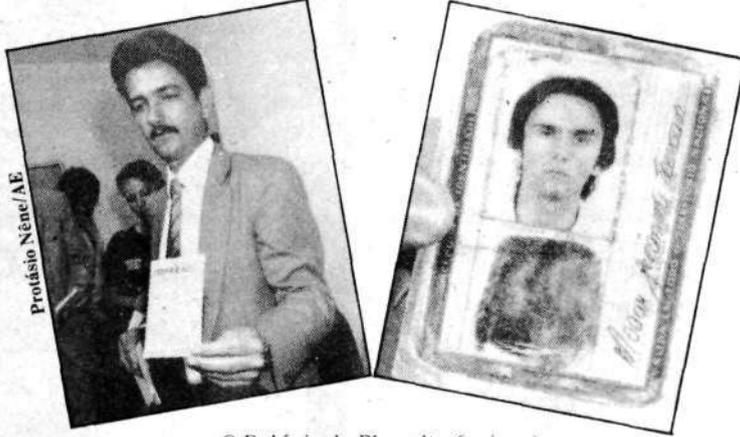
"O Sarney quer fazer do Brasil uma Argentina com sangue do povo brasileiro", chegou a gritar Trevisan, antes de ser preso e depois de escrever as letras "f-o-r" com o líquido que, segundo a PF, pode ser sangue. Marra, porém, admite apenas que "o ato não deixou de atingir o presidente Sarney".

O líquido vermelho foi enviado para exame no Hemocentro de Brasília e no Instituto Médico Legal. Na PF, Trevisan contou que tirou sangue das próprias veias e adicionou um anticoagulante tóxico. Os agentes que o prenderam ficaram com as mãos empoladas e irritadas. Todos temem, agora, ter contraído Aids. O presidente do Comitê de Imprensa do Palácio do Planalto, jornalista Jozafá Dantas, disse que leu em um relatório a confirmação da Polícia Federal de que Trevisan é portador do vírus da Aids.

Trevisan foi autuado em flagrante por "tentativa de lesão corporal grave" e "injúria contra chefe de Estado estrangeiro". No primeiro caso, a pena é de um a cinco anos de reclusão; no segundo, de um a seis meses. Paulo



Foto: Ricardo Chaves/AE



Prof. Nénei/AE

O Palácio do Planalto (acima) alvo fácil. À esquerda, Marra mostra a credencial de Trevisan, à direita.

Marra informou, ainda, que o chefe de segurança de Carlos Menem acompanhará o inquérito.

Negligência

Apesar de analisar que o ato foi contra Carlos Menem, Paulo Marra se contradisse, informando que Trevisan confessou que já há algum tempo vinha planejando um protesto contra o presidente Sarney e que a visita do chefe de

Estado argentino foi o momento propício. Os jornalistas não puderam falar com Trevisan ontem.

Para entrar no Palácio Itamaraty, onde acontecia um banquete oferecido por Sarney a Menem, Trevisan usou uma credencial de imprensa que o identificava como repórter da Rede Brasil Sul de Comunicações. O gravador com a etiqueta da RBS e a credencial foram apreendidos pela PF.

Até receber ontem o relatório da polícia, o presidente Sarney pensava que Trevisan fosse mesmo jornalista e chegou a sugerir a Jozafá Dantas o estabelecimento de critérios mais rigorosos para o credenciamento de profissionais para a cobertura de solenidades oficiais.

A negligência do Itamaraty estaria no credenciamento de Trevisan, feito pouco antes de a cerimônia começar. Segundo o porta-voz do Itamaraty, Ruy Nogueira, Trevisan apresentou-se aos funcionários da Chancelaria com uma carteira de jornalista semelhante à distribuída pela Federação Nacional dos Jornalistas e falando em nome de Ana Amélia Lemos, diretora da Rede Brasil Sul em Brasília.

"Ele falava com um forte sotaque gaúcho, dizia que havia acabado de chegar de Porto Alegre e que não tinha tido tempo para pedir credencial antes. Perguntou se Ana Amélia não havia providenciado o documento e insistiu para entrar", contou Nogueira. Trevisan recebeu uma credencial preenchida a mão, na hora, e foi encaminhado pela segurança ao cordão de isolamento onde estavam os repórteres.

Ana Amélia garantiu que Trevisan não tem nenhum vínculo com a Rede Brasil Sul. Segundo ela, Trevisan aproximou-se do repórter André Duda, da RBS, e se identificou como sendo da Rádio Imembuí, do Rio Grande do Sul. Para Ana Amélia, o Itamaraty deu "uma demonstração de desatenção para com assuntos importantes". A dona da pensão onde Trevisan morava, Maria Felix de Souza, disse que o irmão dele, Mariano, já contratou um advogado: "Se Jerônimo não for solto, ele entrará com habeas corpus".

Os palácios do governo, alvos fáceis.

Dois homens, um carro e um tipo de arma militar que no mercado negro custa no máximo US\$ 10 mil podem mudar em segundos toda a trajetória política do País. De acordo com um estudo de hipótese realizado pelo Gabinete Militar da Presidência da República em 1984, terroristas equipados com mísseis leves, da classe normalmente destinada ao combate antitanque, disparados por um só combatente, podem atingir o Palácio do Planalto ou o Palácio da Alvorada a partir de muitos pontos de tiro localizados nos espaços livres que cercam os edifícios, e de posições em prédios próximos franqueados ao público — por exemplo, o teto do pavilhão do Congresso.

O levantamento, feito por sugestão do ex-chefe do Serviço Nacional de Informações, general Octávio de Aguiar Medeiros, provocou poucas mudanças; a rigor pequenas alterações no arranjo interno dos gabinetes para determinar um corte no ângulo do visado. Um dos oficiais ligados ao

setor, na época, considerou que os executores de uma empreitada assim não teriam como saber o momento exato da presença das autoridades em determinadas salas ou ambientes vulneráveis. Este mesmo especialista, hoje atuando em outras funções fora de Brasília, reconhece que a conclusão "foi simplista e não-profissional".

Era a fase final do governo do general João Figueiredo e a possibilidade de um ataque sofisticado parecia pequena aos conselheiros do Planalto. "O grau de prontidão e preparo jamais foi relaxado", afirma o militar. Batizados de "Anjos da Morte" pelo então coronel Periassú de Mattos, chefe da segurança presidencial, os homens eram — e ainda são — recrutados entre as unidades de elite das Forças Armadas, principalmente pára-quedistas e integrantes do grupo de operações especiais do Exército. O processo, entretanto, foi tornado de certa maneira mais flexível.

A reciclagem no Exterior está, na prática, interrompida. (Em

um desses períodos de treinamento, os agentes brasileiros obtiveram marcas melhores que a de seus anfitriões norte-americanos: na reação mais rápida a uma situação inesperada de emergência, e no exercício de tiro com arma automática vestindo paletó, colete, gravata e usando óculos. O time da Casa Branca precisava quase sempre tirar o casaco para sacar suas enormes Uzi israelenses.)

O primeiro círculo de proteção ao presidente é feito exatamente por esse pessoal. Fora do âmbito do Distrito Federal, nas viagens oficiais, o segundo nível ganha o reforço da Polícia Federal e das unidades militares ligadas à área do evento, além, é claro, das Polícias Civil e Militar dos Estados. Os agentes do Palácio do Planalto — homens geralmente de porte atlético, usando bem cortados ternos escuros — descem (um ou dois homens) do avião antes do presidente, que só deixa a cabine depois de um discreto sinal, aprovando o dispositivo de recep-

ção em terra. Os demais componentes do esquadrão mobilizado formam uma espécie de escudo em movimento constante. A partir desse momento, a idéia é oferecer o próprio corpo como obstáculo a uma eventual agressão, armada ou não. O "anjo da morte" — com seus olhos protegidos pelos invariáveis óculos escuros — procura entre a multidão um homem que esteja com as narinas dilatadas, a pele do rosto amarelada, os lábios empalidecidos (sinais característicos do despejo de adrenalina na corrente sanguínea, o precedente de um ato de tensão, o combustível do atentado).

As falhas ocorridas no Distrito Federal são atribuídas por antigos funcionários do setor "ao clima de fim de festa" que domina os serviços palacianos, marcados pelo desencanto com o fraco desempenho do governo, "impondo alguma letargia funcional nas pessoas".

Roberto Godoy/AE

Quem é o homem do protesto "sangrento"

Os seus amigos em Brasília dizem que Trevisan, de 26 anos, é um rapaz "muito alegre", "vive fazendo brincadeiras", "é inteligente e seguro" e, pelo menos no seu trabalho, "não parece nada doído". Mas no Rio Grande do Sul as lembranças são diferentes. Músico profissional — baterista — e estudante não formado em Eletrotécnica, Trevisan foi

aluno "apático, desinteressado, nada anarquista" e aparentemente "desequilibrado mental", segundo o orientador do Colégio Técnico de Santa Maria. Em 81, deixou a escola, mas a polícia gaúcha ainda registrou sua permanência no Estado em denúncias por estelionato. Hoje, contam, é militante do PDT. O que ele não nega.